

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Quotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., também denominada Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S), relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. A VWM&S, estrutura organizacional consolidadora das atividades de Asset Management (VAM) e Private Bank, encerrou o 2015 com volume total de recursos geridos de R\$ 47,4 bilhões. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 76,4 milhões e resultado líquido de R\$ 5,7 milhões (R\$ 82,1 milhões e R\$ 10,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, respectivamente).

Em conformidade com sua missão, visão e valores, a VAM teve reafirmada em novembro/15 a classificação AMP-1 (*Asset Management Practices* - Muito Forte) referente às suas práticas de gestão de recursos de terceiros, classificação máxima que a Asset pode obter. Visando reforçar seu compromisso em incorporar critérios sociais, ambientais e de governança corporativa nos processos de análise e gestão de ativos, a VAM se tornou signatária do PRI - *Principles of Responsible Investment*.

A VAM atualmente está entre as dez maiores gestoras de ativos no Brasil de acordo com o *ranking* de gestores da ANBIMA, ocupando a 9ª posição ao final do dezembro/15, e atua em um amplo grupo de segmentos de investidores - de *corporate* e institucionais a clientes de *private bank* e distribuidores. No segmento de produtos estruturados, a VAM encerrou 2015 com volume administrado de R\$ 16,1 bilhões e ocupa a 4ª posição no Ranking de Gestores de Fundos Imobiliários, a 8ª posição no Ranking de Gestores de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e a 6ª posição de Fundos de Investimentos em Participações elaborados pela ANBIMA, com participação de mercado de 8,2%, 2,8% e 5,3%, respectivamente.

Ao longo de 2015, a VAM deu continuidade ao seu processo de parceria com o Banco do Brasil, em conjunto com a BB DTVM, no desenvolvimento, administração, gestão e distribuição de fundos de investimento inovadores e customizados de Imobiliários (FIIs), Direitos Creditórios (FIDCs), de Investimentos em Participações (FIPs) e Crédito Privado. No encerramento de 2015, o volume total dos fundos relativos a essa parceria somava R\$ 4,9 bilhões.

Em junho/15, em reconhecimento à sua excelência e consistência no desempenho, a VAM recebeu da Revista Valor Investe, em parceria com a Standard & Poor's, o prêmio Top Gestão 2015 Alocação Mista Flexível, premiação entregue aos melhores gestores da indústria brasileira de fundos de investimento. Além disso, na mesma premiação, 11 fundos de investimentos foram destacados com, no mínimo, quatro estrelas.

Com relação ao segmento de Private Bank, em 2015 a VWM&S alcançou o volume total de ativos de R\$ 21,6 bilhões, dando continuidade a sua missão de ser um Private de soluções, com foco na gestão patrimonial.

A administração da VWM&S agradece aos quotistas, clientes, parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014					
<i>(Em milhares de Reais)</i>					
	31.12.2015	31.12.2014		31.12.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE	170.120	150.378	PASSIVO CIRCULANTE	67.805	73.226
Disponibilidades (Nota 4)	161	968	Outras Obrigações	67.805	73.226
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5a)	133.015	119.738	Sociais e estatutárias	13.289	15.188
Aplicações em depósitos interfinanceiros	133.015	119.738	Fiscais e previdenciárias	(Nota 12a)	13.105
Outros Créditos	36.523	28.607	Negociação e intermediação de valores	4.306	-
Rendas a receber	11.699	9.267	Diversas	(Nota 12b)	37.105
Diversos	24.824	19.340	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	59.335	16.029
Outros Valores e Bens (Nota 8)	421	1.065	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	59.335	16.029
Despesas antecipadas	421	1.065	Outras Obrigações	59.335	16.029
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.413	21.008	Fiscais e previdenciárias	(Nota 12a)	421
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	29.483	17.029	Negociação e intermediação de valores	(Nota 12b)	13.595
Títulos e Valores Mobiliários	7.026	5.695	Diversas	(Nota 12b)	45.319
Carteira própria	7.026	5.695	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	76.393	82.131
Outros Créditos	22.457	11.334	Capital	50.884	46.536
Diversos	22.457	11.334	De domiciliados no País	(Nota 15a)	50.884
PERMANENTE (Nota 9)	3.990	3.979	Reservas de Lucros	25.509	35.595
Investimentos	3.987	3.734			
Outros investimentos (Imparidade acumulada)	(1.630)	(1.542)			
Imobilizável de Uso (Nota 10)	696	903			
Outras imobilizações de uso (Depreciação acumulada)	4.820	4.787			
Intangível (Nota 11)	877	884			
Ativos intangíveis (Amortização acumulada)	9.328	8.199			
(Imparidade acumulada)	(1.413)	(1.100)			
	(7.038)	(6.215)			
TOTAL DO ATIVO	203.533	171.386	TOTAL DO PASSIVO	203.533	171.386

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015						
<i>(Em milhares de Reais)</i>						
	Reservas de lucros			Lucros/(Prejuízos)		
	Capital Realizado	Legal	Expansão	Outras	Acumulados	Total
EVENTOS						
Saldos em 31.12.2013	46.536	6.082	26.754	10.838	-	90.210
Reversão de reserva de expansão	-	-	(2.100)	-	2.100	-
Dividendos	-	-	-	(10.838)	-	(10.838)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	10.215	10.215
Destinações:						
Reserva legal	-	511	-	-	(511)	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	4.348	(4.348)	-
Dividendos (Nota 15c)	-	-	-	-	(5.356)	(5.356)
Juros sobre o capital próprio (Nota 15c)	-	-	-	-	(2.100)	(2.100)
Saldos em 31.12.2014	46.536	6.593	24.654	4.348	-	82.131
Mutações do Período	-	511	(2.100)	(6.490)	-	(8.079)
Saldos em 30.06.2015	50.884	6.593	24.654	-	(4.926)	77.205
Prejuízo do período	-	-	-	-	(812)	(812)
Destinações:						
Absorção de prejuízo	-	-	(5.738)	-	5.738	-
Saldos em 31.12.2015	50.884	6.593	18.916	-	-	76.393
Mutações do Período	-	-	(5.738)	-	4.926	(812)
Saldos em 31.12.2014	46.536	6.593	24.654	4.348	-	82.131
Aumento de capital	(Nota 15 a)	4.348	-	(4.348)	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	(5.738)	(5.738)
Destinações:						
Absorção de prejuízo	-	-	(5.738)	-	5.738	-
Saldos em 31.12.2015	50.884	6.593	18.916	-	-	76.393
Mutações do Período	4.348	-	(5.738)	(4.348)	-	(5.738)

O Lucro por Quotas está divulgado na Demonstração do Resultado. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015						
<i>(Em milhares de Reais)</i>						
	2º semestre 2015	Exercícios				
	2015	2015	2014			
Receitas	63.026	124.171	129.645			
Receitas da intermediação financeira (Nota 6b)	8.880	16.684	12.869			
Receitas de prestação de serviços	(Nota 13a)	58.189	111.899			
Outras receitas/(despesas)	(Nota 13d/13e/14)	(4.043)	4.877			
Insuamos Adquiridos de Terceiros	(6.055)	(12.231)	(12.580)			
Materiais, água, energia e gás	(Nota 13c)	(75)	(222)			
Serviços de terceiros	(Nota 13c)	(35)	(95)			
Comunicações	(Nota 13c)	(61)	(132)			
Processamento de dados	(Nota 13c)	(1.904)	(4.504)			
Transportes	(Nota 13c)	(198)	(403)			
Serviços de vigilância e segurança	(Nota 13c)	(4)	(58)			
Serviços técnicos especializados	(Nota 13c)	(1.187)	(2.511)			
Serviços do sistema financeiro	(Nota 13c)	(744)	(1.457)			
Publicações, propaganda e publicidade	(Nota 13c)	(17)	(118)			
Emolumentos judiciais e cartorários	(Nota 13c)	(12)	(20)			
Outros	(Nota 13c)	(1.818)	(2.711)			
Valor Adicionado Bruto	56.971	111.940	117.065			
Despesas de depreciação e amortização	(Nota 13c)	(247)	(553)			
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	56.724	111.387	115.697			
Valor Adicionado a Distribuir	56.724	111.387	115.697	100,00%	100,00%	100,00%
Valor Adicionado Distribuído	52.116	100.070	77.573	89,84%	77,57%	67,05%
Pessoal						
Salários e honorários	(Nota 13b)	40.730	72.708			
Participação de empregados e administradores nos lucros e resultados		6.593	16.901			
Benefícios e treinamentos	(Nota 13b)	3.133	6.255			
FGTs		1.660	4.206			
Impostos, Taxas e Contribuições	4.761	8,39%	13.795	12,38%	21.038	18,18%
Federais		3.379	11.005		18.363	
Estaduais		-	1			
Municipais		1.382	2.790		2.674	
Remuneração de Capitais de Terceiros	659	1,16%	3.260	2,93%	6.871	5,94%
Aluguéis	(Nota 13c)	659	3.260		6.871	
Remuneração de Capitais Próprios	(812)	(1,43%)	(5.738)	(5,15%)	10.215	8,83%
Dividendos/juros sobre o capital próprio		-	7.456		7.456	
Lucro retido/(prejuízo) absorvido	(812)	(5.738)	2.759		2.759	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1. A VOTORANTIM ASSET E SUAS OPERAÇÕES

A Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma companhia de Capital fechado que tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, cuja adoção será iniciada em 1º de janeiro de 2016. A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente. Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação. A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2016.

Informações para Efeito de Comparabilidade
 Foram realizadas reclassificações na Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

Demonstração do Resultado

	Exercício/2015		
	Divulgação Anterior	Reclassificação	Saldo Reclassificado
	OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	11.479	-
Outras receitas operacionais (Nota 13e)	413	(29)	384
Outras despesas operacionais (Nota 13d)	(1.903)	29	(1.874)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízos com títulos, e valores mobiliários.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

g) Ativo Permanente

Investimentos: os outros investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.
Imobilizável de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 10).
Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo. A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 11).

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

Cálculo do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia concedeu 17.249.681 (13.929.749 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) ações virtuais aos diretores e empregados. O valor inicial das ações virtuais foi calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2014, onde foi atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados da Companhia e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido serão excluídas as movimentações não recorrentes, que serão avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

Ações trabalhistas

A Companhia é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas e Fiscais - Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, a Companhia constitui provisão para demandas trabalhistas e fiscais com risco de perda "provável".

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Demandas Fiscais			Demandas Trabalhistas		
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Saldo inicial	402	391	708	7.002	4.867	2.373
Constituições	5	5	33	7.172	10.689	3.386
Reversão da provisão	-	-	(114)	(2.476)	(4.079)	(1.255)
Baixa por pagamento	-	-	(265)	(851)	(1.518)	-
Atualização monetária	15	25	29	151	1.039	363
Saldo final	422	421	391	10.998	10.998	4.867

Cronograma esperado de desembolsos

	31.12.2015	
	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	10.998	422
Total	10.998	422

b) Passivos Contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	31.12.2015	31.12.2014
	Demandas fiscais ⁽¹⁾	5.916
Demandas trabalhistas ⁽²⁾	49.235	13.118
Total	55.151	17.780

⁽¹⁾ O principal processo contingente avaliado como risco de perda possível está relacionado à IRPJ/CS sobre Juros sobre o Capital próprio.

⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2015	31.12.2014
	Demandas cíveis	13
Demandas fiscais	31	27
Demandas trabalhistas	211	23
Total	255	56

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações, necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

d) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

e) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de capital (visão regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágio pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Financeiro foi de 15,07% (14,96% em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,23 %.

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim de 31 de dezembro de 2015.

b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014.

A DIRETORIA

Alexei de Bona - Contador - PR-036459/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus

fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador - CRC 1SP167455/O-0

Aos Administradores e aos Quotistas da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

